

## TRIBUNAL PLENO – SESSÃO: 29/11/2023

47 TC-006504.989.23-7 (ref. TC-003107.989.20-4)

**Requerente(s):** Prefeitura Municipal de Igarapava.

**Assunto:** Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Igarapava, relativas ao exercício de 2020.

**Responsável(is):** José Ricardo Rodrigues Mattar (Prefeito).

**Em Julgamento:** Pedido de Reexame interposto contra parecer prévio desfavorável à aprovação das contas, prolatado pela E. Primeira Câmara e publicado no DOE-TCESP de 16-12-22.

**Advogado(s):** Júlio César Machado (OAB/SP nº 330.136).

**Procurador(es) de Contas:** José Mendes Neto.

**Fiscalização atual:** UR-17.

(GCDR-41)

**EMENTA: PEDIDO DE REEXAME. PREFEITURA. RECOLHIMENTO PARCIAL DE APORTES FINANCEIROS DESTINADOS À COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA LOCAL. SUSPENSÃO PERMITIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 173/20. PARCELAMENTO. AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA. BAIXO ÍNDICE IEG-M. JUSTIFICATIVAS. SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA FAVORÁVEL. ATENDIDOS OS PRINCIPAIS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. RELEVAÇÃO. PROVIMENTO. MANTIDAS AS RECOMENDAÇÕES.**

### 1. RELATÓRIO

1.1. Em sessão de 29/11/2022, a Primeira Câmara<sup>1</sup> emitiu Parecer prévio desfavorável à aprovação das contas de 2020 da **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**, Prefeito Sr. José Ricardo Rodrigues Mattar (Evento 103 do TC-003107.989.20-4).

Para assim concluir, o colegiado considerou os recolhimentos

<sup>1</sup> Pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, Antônio Roque Citadini e Edgard Camargo Rodrigues.

parciais de aportes devidos ao Instituto de Previdência Municipal de Igarapava, além do baixo desempenho da gestão revelado pelas notas obtidas no IEG-M.

No Parecer constaram, ainda, recomendações e determinações à Prefeitura.

**1.2.** O prefeito de Igarapava, Sr. José Ricardo Rodrigues Mattar interpôs **Pedido de Reexame** (Evento 1) pleiteando emissão de novo Parecer, agora no sentido da aprovação das contas de 2020.

Quanto ao recolhimento parcial de encargos, ressaltou tratar-se apenas das parcelas relativas a aportes financeiros ao Regime Próprio de Previdência – RPPS, para equacionamento de déficit atuarial, das competências de março a dezembro de 2020, tendo recolhido todos os demais encargos devidos no exercício, bem como todas as parcelas de quatro acordos de parcelamento pré-existent.

Justificou a opção da suspensão dos pagamentos ao RPPS com base no art. 9º, §2º da Lei Complementar nº 173/2020<sup>2</sup>, regulamentado pela Portaria SEPRT/ME n 14.816 de 19 de julho de 2020<sup>3</sup>, que facultou tais recolhimentos em face do enfrentamento da pandemia do coronavírus.

Alegou que a Lei Municipal nº 925 de 29 de dezembro de 2020 autorizou a suspensão dos pagamentos e a celebração do acordo de parcelamento em 48 (quarenta e oito) parcelas, efetivado em 05 de fevereiro de 2021, sendo que todas as parcelas acordadas foram pagas até a presente data.

Informou que o Município dispunha, e dispõe até os dias de hoje, do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

<sup>2</sup> Art. 9º - Ficam suspensos, na forma do regulamento, os pagamentos dos refinanciamentos de dívidas dos Municípios com a Previdência Social com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020.

§ 2º - A suspensão de que trata este artigo se estende ao recolhimento das contribuições previdenciárias patronais dos Municípios devidas aos respectivos regimes próprios, desde que autorizada por lei municipal específica.

<sup>3</sup> Disponível em <http://sa.previdencia.gov.br/site/2020/06/Portaria-SEPRT-ME-n-14.816-de-19jun2020.pdf>

Argumentou que mesmo se o valor não repassado, no montante de R\$ 6.148.557,50 (seis milhões, cento e quarenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), tivesse sido computado na execução fiscal do exercício<sup>4</sup>, ainda assim os resultados orçamentário e financeiro seriam superavitários.

A respeito da efetividade da gestão municipal, salientou os superávits orçamentário e financeiro, revertendo situação deficitária de exercícios anteriores, além de regularidade dos precatórios e atendimento aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, demonstrando equilíbrio fiscal e melhoria da gestão.

Enfatizou a evolução de desempenho do indicador IEG-M nas áreas da Saúde (que saltou da nota “C” para nota “B”) e do Planejamento (de “C” para “C+”), especialmente por se tratar do ano de início da pandemia, que demandou adequações da Administração e teve impacto direto nessas duas dimensões.

Questionou a nota “C” obtida no i-Educ, alegando impossibilidade de adoção de soluções devido às limitações impostas pela pandemia, a exemplo da não implementação de programa de abandono das escolas, dado que não houve aulas presenciais durante a maior parte do ano, e contratação de professores temporários, sendo que as admissões estavam vedadas pela Lei Complementar nº 173/2020.

Lembrou que no ano de 2020 mais de 300 (trezentos) municípios paulistas foram classificados com conceito geral “C” (gestão em fase de adequação) no IEG-M, afetados pela pandemia de covid-19, mas que este Tribunal aprovou contas de Municípios que estavam com classificação pior que a de Igarapava<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> O valor não foi empenhado, portanto não fez parte dos resultados do exercício.

<sup>5</sup> Citou o TC-003063.989.20, Contas de 2020 da Prefeitura de Anhembi, relator Conselheiro Renato Martins Costa. Parecer favorável emitido pela Segunda Câmara em sessão de 22/11/20.

Ao final invocou o princípio do “primado da realidade” inserido na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, segundo o qual devem ser sopesados os obstáculos e reais dificuldades enfrentados pelo gestor

**1.3.** As **Assessorias Técnicas**, endossadas pela **Chefia da ATJ**, manifestaram-se pelo conhecimento e **não provimento** dos pedidos de Reexame, mantendo-se o Parecer Desfavorável (Evento 30).

**1.4.** O **Ministério Público de Contas**, da mesma forma, entendeu que os argumentos não tiveram força para afastar o juízo desfavorável às contas. Concluiu pelo conhecimento e **não provimento** do pedido de reexame (Evento 35).

**É o relatório.**

## **2. VOTO PRELIMINAR**

**2.1.** Pedido de Reexame em termos, dele **conheço**<sup>6</sup>.

## **3. VOTO DE MÉRITO**

**3.1.** A principal falha nas contas de 2021 da Prefeitura de Igarapava diz respeito ao recolhimento parcial de encargos sociais.

**3.2** O Executivo local recolheu todos os encargos devidos no exercício, bem como pagou as parcelas decorrentes de acordos de parcelamentos pretéritos com o Instituto de Previdência local. Não foram quitados tão somente os aportes financeiros destinados à amortização do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência, das competências de março a dezembro de 2020, no montante aproximado de R\$ 6 milhões (seis milhões de reais).

A Origem alega que a Lei Complementar nº 173/20, em seu art. 9º, §2º, permitiu aos Municípios a suspensão dos recolhimentos dessas obrigações previdenciárias, em face do combate à pandemia do Coronavírus. No entanto, a referida medida dependia de autorização legislativa, de acordo com o art. Portaria SEPRT/ME n 14.816 de 19 de julho de 2020. O relator original da matéria, assim como o Ministério Público de Contas, entendeu que esse aval da Câmara não ocorreu.

De minha parte, entendo que a Lei Municipal nº 925 de dezembro de 2020, apesar de não ter expressamente citado a suspensão dos pagamentos, autorizou o seu parcelamento. Ou seja, houve de fato uma autorização legislativa para postergação do pagamento desses aportes financeiros em momento futuro, ainda que tardia, mas dentro do próprio exercício financeiro de 2020.

---

<sup>6</sup> Parecer publicado no Diário Oficial do Estado em 16-12-2022 e o recurso protocolado em 08-03-2023.

Assim, considero que não houve infringência à regra contida na Lei Complementar nº 173/20, ao menos em sua essência, qual seja, a de “economizar” recursos visando a possibilidade de gastos extraordinários que seriam direcionados ao combate à pandemia.

**3.3.** Mas o que efetivamente me anima a relevar essa postergação de passivos previdenciários, nesse caso específico, é que a Prefeitura de fato dispunha de recursos financeiros para o seu pagamento, tendo optado pela suspensão, segundo sua justificativa, pelas incertezas quanto ao cenário da pandemia no ano de 2020.

Com efeito, o resultado orçamentário do exercício foi equivalente a R\$ 9 milhões (nove milhões de reais), valor superior ao montante não recolhido, que como já vimos, foi de cerca de R\$ 6 milhões (seis milhões de reais). A propósito, nos quatro anos da gestão encerrada em 2020, apenas em 2018 a prefeitura teve um pequeno déficit orçamentário (-0,14%), registrando superávits expressivos em 2017, 2019 e neste ano de 2020 em reexame (5,20%, 3,58% e 8,96%, respectivamente).

Bem por isso o Executivo de Igarapava encerrou o ano de 2020 com um superávit financeiro de R\$ 12 milhões (doze milhões de reais), segundo apurado pelo Sistema Audeps, indicando capacidade de pagamento dos valores exigíveis no curto prazo.

Assim, embora os parcelamentos sucessivos de encargos previdenciários sejam nocivos ao Municípios, pois podem prejudicar a viabilidade do Instituto de Previdência e acarretam incidência de juros e multas à Prefeitura, compreendo que no caso desses autos, tendo em vista o cenário de pandemia, com a possibilidade de suspensão do pagamento, e a melhora das finanças municipais em toda a gestão 2017/2020, a situação pode ser relevada.

Observo, além disso, que embora o Município tenha feito novo parcelamento dos aportes referentes ao exercício de 2021 no exercício



seguinte, também naquela oportunidade houve superávit orçamentário superior ao valor parcelado<sup>7</sup>, e o acordo foi celebrado para pagamento em 36 parcelas, dentro do próprio mandato do gestor reeleito em 2020. Bem por isso a situação foi relevada nas contas daquele exercício, que receberam parecer Favorável da Primeira Câmara<sup>8</sup>.

Ou seja, observa-se que a Administração não se valeu dos recursos destinados ao RPPS para alavancar seus gastos e investimentos, deixando dívidas para a próxima gestão, que é o comportamento que este Tribunal procura combater. Mas apenas utilizou o parcelamento como estratégia que, apesar de questionável e não ideal, não me parece grave o suficiente para reprovação das contas, neste caso em que os parcelamentos são de curto prazo e com recursos disponíveis para pagamento.

**3.4.** Passando aos aspectos operacionais, que também constaram como causa da reprovação no julgamento de primeira instância, verifico que as áreas de Planejamento e Saúde evoluíram com relação ao exercício anterior. O setor da Saúde, inclusive, obteve nota “B” (gestão efetiva), considerada satisfatória.

Já a nota “C” (em fase de adequação) atribuída à Gestão Fiscal não parece refletir a realidade do Executivo, que registrou superávits orçamentário, financeiro e econômico, elevou o saldo patrimonial, reduziu a dívida de longo prazo (apesar do parcelamento de parte dos aportes financeiros ao RPPS), quitou os precatórios e atendeu a todos os limites e condições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto ao vetor do Ensino, é inegável que a pandemia de covid-19 trouxe muitas dificuldades ao gestor municipal pelo fechamento das escolas e falta de aulas presenciais. Dessa forma, podem ser aceitos os argumentos da

<sup>7</sup> TC-007090.989.20. Superávit orçamentário de R\$ 10 milhões e parcelamento de R\$ 7 milhões (valores aproximados)

<sup>8</sup> Parecer Favorável emitido em Sessão de 24/10/23 da Primeira Câmara, pelo voto dos Conselheiros Antônio Roque Citadini, presidente e relator, Dimas Ramalho e Marco Aurélio Bertaiolli.

defesa para relevação de algumas das falhas apontadas, tendo em vista que causaram impacto negativo na avaliação, mas não haveria possibilidade de direcionamento de solução alternativa para a maioria delas.

Importante ressaltar que os investimentos mínimos (legais e constitucionais), tanto em Ensino quanto Saúde, foram cumpridos.

Já as falhas apontadas nos setores de Meio Ambiente, Defesa Civil e Governança de TI, ainda que importantes para aprimoramento da efetividade municipal, não possuem materialidade para comprometer a totalidade das contas, tendo em vista o porte do Município<sup>9</sup>.

**3.5.** Assim, diante do exposto e do que consta dos autos, **VOTO PELO PROVIMENTO DO PEDIDO DE REEXAME**, devendo o Parecer Prévio ser Favorável à aprovação das contas da **Prefeitura Municipal de Igarapava**, exercício de 2020, mantendo-se as recomendações constantes no Parecer original, especialmente aquela que diz respeito aos prazos de pagamento das obrigações previdenciárias.

**SAMY WURMAN**  
**AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO**

<sup>9</sup> 26.212 habitantes <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/igarapava.html>